

# O gol contra do rei: a Lei Pelé e suas conseqüências

*Nilso Ouriques\**

## Resumo Abstract

O futebol é um tema muito rico, abrangente e empolgante, podendo ser abordado por vários ângulos. O recorte feito neste estudo, concentra-se primordialmente na organização deste esporte no Brasil, na forma determinante que o Estado deu a sua organização e ao disciplinamento e, mais recentemente, a sua constituição como mercadoria de grande valor comercial. Estado e mercado, como duas faces da mesma moeda, demarcaram todo desenvolvimento do futebol brasileiro. Nesse processo, os estratos superiores, são representados pelos interesses econômicos. Neste sentido, este trabalho de sociologia do futebol procura percorrer os caminhos da chamada "modernização do futebol brasileiro", demonstrando o seu caráter conservador e suas conseqüências para o futuro da grande paixão do nosso povo.

Soccer is a very rich, wide and thrilling theme, that can be approached by several points of view. This study is firstly centered in the organization of this sport in Brazil, in the form that the government determined its organization and discipline, and, more recently, to its creation as a product of great commercial value. Government and trade, in the same aspects, demarcated all the development of Brazilian soccer. In this process, the upper stratum, are represented by the economic interests. In this way, this soccer sociology work tries to follow the steps of the so called "modernization of the Brazilian soccer", showing its conservative characteristics and its consequences for the future of the Brazilians' great passion.

---

\* Prof. de Educação Física da Rede Estadual de Ensino/SC, mestre em sociologia política.

## Introdução

*“Había nacido en casa pobre,  
en un pueblito  
remoto, y llegó a las cumbres  
del poder y la  
fortuna, donde los negros  
tienes prohibida la  
entrada. Fuera de las  
canchas, nunca regaló un  
minuto de su tiempo y jamás  
una moneda se la  
cayó del bolsillo. Pero,  
quienes tuvimos la  
suerte de verlo jugar, hemos  
recibido ofrendas  
de rara beleza”.<sup>1</sup>*

O futebol brasileiro conquistou, em um curto espaço de tempo, o respeito e a admiração mundial, pela

quantidade e qualidade de seus clubes, jogadores e pelo seu rendimento no contexto das competições internacionais. Esta grande empresa tem como suporte quatro títulos mundiais, uma legião de grandes ídolos reconhecidos em todas as partes deste planeta, como Garrincha, Zico e Pelé, assim como uma imensa base clubística, que hoje supera a casa de 500 clubes profissionais. Esta estrutura é caracterizada pela sua heterogeneidade estrutural,<sup>2</sup> pela sua rígida hierarquia e por suas ligações com o poder político e estatal.

Nessa curta história de pouco mais de um século, os clubes no Brasil viveram sob o teto do associativismo<sup>3</sup> e conheceram várias fases. Em uma primeira classificação de caráter bem específico, Robert M. Levine,<sup>4</sup> salienta que a história do

<sup>1</sup> GALEAN, O Eduardo, sobre Pelé en: *El futbol a sol y sombra Siglo Veintiuno editores, México, 1995.*

<sup>2</sup> Heterogeneidade estrutural é um conceito resgatado de Tilman Evers, quando analisou as diferenças setorial, espacial e social entre modos de produção das formações sociais centrais e periféricas. Resgatado, é adaptado para o estudo das diferentes estruturas produtivas existentes no futebol mundial. EVERS, Tilman. *El Estado en la periferia capitalista* Veintiuno editores, México, 1989.

<sup>3</sup> Os clubes brasileiros, ou mesmo latino-americanos são diferentes dos clubes europeus e americanos. Os primeiros são organizados como clubes sociais, como associados que convivem com a sua comunidade em bailes, celebrações, comemorações de vitória ou ainda pelo simples prazer de saber que fazem parte de um grupo. Possuem direitos garantidos de freqüentar as instalações sociais, de presenciar e praticar atividades esportivas. De participar de reuniões e eleger suas diretorias. Os clubes de futebol, na maior parte da Europa, seguem o modelo de uma empresa, onde os acionistas ou donos dos clubes definem o que fazer do seu destino. LEVER, Janet. *A loucura do futebol*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1983.

<sup>4</sup> LEVINE, Robert M. Esporte e sociedade- O caso do futebol brasileiro. Revista de esportes, MEC, 1980.

nosso futebol divide-se em quatro períodos: “1894-1904, quando se manteve restrito aos clubes urbanos pertencentes aos estrangeiros; 1905-1933, sua fase amadora, marcada por grandes passos de divulgação e pressão crescentes para melhorar o nível do jogo através de subsídios para os jogadores; 1933-1950, o período inicial do profissionalismo; e a fase pós-1950, de reconhecimento de nível internacional, acompanhada por comercialização sofisticada e por maturidade como recurso nacional incontestável” Apesar do acerto cronológico na periodização das etapas evolutivas do futebol nacional, esta metodologia acaba por não incorporar elementos atuais, como as relações diferenciadas que o futebol mantém com o Estado e o mercado. Para podermos realizar este vínculo e estudar essas relações em um plano macro histórico, foi preciso buscar um novo ordenamento. Assim, caracterizamos o seu desenvolvimento histórico em três fases. A primeira é a fase de sua

estruturação através do associativismo voluntário (1890-1940); a segunda, de forte presença política do Estado na condução de seu desenvolvimento (1941-1988), e a terceira, iniciada na década de 80, reflete a aproximação e consolidação da presença do mercado na determinação dos seus rumos.

Esses três momentos possuem características muito particulares, determinadas pelas condições objetivas de cada época. No seu momento inicial, o primeiro impulso interno na edificação de toda esta rede de instituições que compõem o tecido esportivo é, sem dúvida o surgimento do clube.<sup>5</sup> O clube é a base de todo este edifício esportivo e o seu nascimento está vinculado ao uso do tempo livre e à necessidade de forjar um organismo onde as pessoas possam encontrar-se e, assim, procurar objetivos comuns, que poderiam levar seus associados ao convívio social mais estreito, prazeroso e a uma vida melhor vinculada a seus costumes e tradições, fugindo de práticas que

<sup>5</sup> Jean Marie Brohm salienta que se, para Hegel, a associação é o principal mediador entre indivíduos e o Estado, o clube é para a doutrina nacional o mediador entre os esportistas e o Estado. Qualquer que seja a sua classe social, religião ou sexo e a opinião política, eles encontram-se unidos nesta pequena pátria. Para o Estado, ele representa um dos pilares fundamentais, assim como o sindicalismo vertical e a família. Célula intermediária entre a família e a pátria, onde se deve lutar por suas cores e sua glória. É através deste centro de reunião “apolítico”, que se dá a integração entre o indivíduo e o Estado. No clube se colocará na criança os valores nacionais sobretudo o sentido social e gosto pela coesão, graças à educação moral pelo esporte. BROHM, Jean Marie Sociologia Política del deporte. México, FCE, 1982.

poderiam ser consideradas anti-sociais e egoísticas de vida. Este impulso inicial, este desejo de viver elementos comuns à formação cultural de origem, acabou por construir aquilo que inicialmente Brohm<sup>6</sup> e, depois Eduardo Manhães<sup>7</sup> denominaram de *associativismo voluntário*.

Todo esforço desenvolvido, até então, pela sociedade civil para a estruturação do futebol encontraria no Estado um elemento capaz de bloquear e alterar esses planos. O Estado viria a intervir, de maneira incisiva, no esporte a partir das transformações políticas gestadas na alteração da composição de forças políticas da sociedade brasileira, do final da década de trinta, e que acabaram por redundar na ascensão de Getúlio Vargas. Em 14 de abril de 1941, o Estado interviu na atividade esportiva, através do decreto 3.199. Essa formação legislativa inicial cria um grande aparelho regulador e disciplinador da atividade esportiva nacional e procura resolver os problemas políticos criados pelo chamado "crescimento desordenado" provocado pelo impulso natural criado pelo associativismo voluntário.

Passados esses dois períodos iniciais, entramos no terceiro momento, onde o Estado redefine suas funções e toma a iniciativa de criar as condições de aproximação entre o futebol e o mercado. Esse último momento que iremos priorizar é marcado por inúmeras disputas entre os interesses econômicos e políticos presentes no Estado, na burocracia instalada nos órgãos de administração esportiva (federações e CBF), nos setores empresariais ligados ao futebol (Clube dos 13, Clube dos 11) e no setor financeiro nacional e internacional que, no último ano, investiu na compra ou em parcerias com os grandes clubes nacionais. Essa disputa possui fortes reflexos sócio-culturais e apontam para o crescimento e fortalecimento desses setores na indústria do entretenimento nacional.

Nesse período, as forças que interagem na disputa, produziram alterações na legislação esportiva, visando aproximá-la das condições ideais de que o mercado necessitava (Constituição de 1988, Lei Zico/1993 e Lei Pelé, 1998). Essas novas condições foram provocadas por causas externas e internas. As

<sup>6</sup> BRHOM, Jean Marie. *Sociologia política del deporte*. México, FCE, 1982.

<sup>7</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *A política esportiva no Brasil*. Graal, Rio de Janeiro, 1986.

primeiras refletem a necessidade de adaptação ao processo de mundialização do futebol implementado pela FIFA a partir de 1974 e, ao mesmo tempo, procuram copiar o modelo administrativo do futebol europeu, atendendo aos mais variados interesses empresariais do capital industrial e financeiro nacional e internacional. As causas internas dizem respeito à luta pelo poder político e à supremacia no mercado brasileiro entre os vários segmentos em questão. Neste enfrentamento político, existem efeitos econômicos, políticos e sociais, que serão determinantes no desenvolvimento do futebol brasileiro no mercado mundial do próximo século e que necessitam necessariamente ser estudados. Para desenvolvermos este debate, resgataremos o essencial de cada uma dessas fases e adentraremos nos elementos essenciais da conjuntura atual.

## **O desenvolvimento do futebol no Brasil: associativismo voluntário e intervenção estatal**

O futebol no Brasil é produto de um desenvolvimento exógeno. De origem Inglesa, foi implantado no

Brasil por Charles Müller, no final do século passado. A estrutura esportiva que conhecemos hoje, formada desde a sua base pelo clube até o seu outro extremo, onde encontramos o Ministério do Desporto, nem sempre se constituiu dessa forma. Ela é uma construção histórica que resulta do processo de expansão e organização internacional do esporte, ao mesmo tempo em que reflete as necessidades dos variados momentos sociais e políticos vividos pelo Brasil.

O primeiro impulso interno na sua edificação veio através dos clubes, sejam aqueles já formados para o convívio social, para a prática de outra modalidade esportiva ou criado exclusivamente para o exercício do futebol. Consolida-se, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, e expande-se para outros estados, propiciando a criação de inúmeras competições. Paralela-mente, surgem os embriões da conhecida burocracia do futebol brasileiro: as federações estaduais e a confederação brasileira de desportos (CBD). O primeiro estado a dar um salto de qualidade na organização deste esporte, foi São Paulo, à medida que, em 19 de dezembro de 1901, instala a Liga Paulista de Futebol; o Rio de Janeiro seguiria o exemplo e, em 21 de maio

de 1904, cria a Liga Metropolitana de Futebol, que veio permitir a organização do primeiro campeonato regional desse estado. Em 1915, São Paulo e Rio de Janeiro disputavam o direito de representar o Brasil no exterior. Cada estado criou, então, sua própria federação nacional para mostrar sua força. Os paulistas fundaram a Federação Brasileira de Futebol e os cariocas criaram a Federação Brasileira de Esportes. Para resolver o problema, as duas entidades entram em acordo e, em 1916, é criada a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). A construção deste tecido esportivo desenvolveu-se e em 1917, a CBD é reconhecida pela FIFA.

Nesse curto período, há a formação de uma quantidade imensa de clubes; no Rio de Janeiro, em 1902, surge o Fluminense Futebol Clube e mais a frente em 1904, são fundados neste mesmo estado, o América F. C., o Bangu A. C. e o Botafogo F. C.. O Ano de 1910 marca por definitivo, a supremacia do futebol sobre os demais esportes, além do que, marca o nascimento de grandes clubes de massa dos nossos dias, como por exemplo, o Corinthians

Paulista, fundado por um grupo de artesões e pequenos funcionários. Essa fase é denominada de associativismo voluntário.

A consolidação do futebol brasileiro tem, como pilares básicos, São Paulo e Rio de Janeiro que, através do fortalecimento dos campeonatos regionais, do intercâmbio e do desenvolvimento da competitividade entre si, passariam, num segundo momento, a privilegiar os confrontos internacionais com equipes inglesas, uruguaias, portuguesas, paraguaias, chilenas e argentinas. Desses encontros internacionais, resulta a formação, em 1917, do Campeonato Sul Americano de Futebol e outras tantas competições consagradas até os dias atuais.

Com seu tecido esportivo consolidado, de importância sócio cultural indiscutível, o futebol brasileiro foi absorvido pelos interesses políticos existentes no Estado e passa, a partir de 1941, a sofrer um processo que Eduardo Manhães<sup>8</sup> designaria de fase de ordenamento e disciplinamento.

O decisivo daquele momento histórico foi a superposição do público ao privado, do Estado sobre

<sup>8</sup> MANHÃES, Eduardo Dias. *A política esportiva no Brasil*. Graal, Rio de Janeiro, 1986.

a sociedade civil, ou seja, o reordenamento da atividade esportiva sob o ponto de vista político e ideológico do Estado. Toda a organização anterior desenvolvida pela sociedade civil para o futebol, com o intuito de organizá-lo de maneira autônoma e, até mesmo, de tornar mais liberal os mecanismos de organização, dissolveu-se diante da postura autoritária do Estado.

## **O papel do Estado no desenvolvimento do futebol no Brasil**

A fase de intervenção estatal foi marcante no desenvolvimento esportivo brasileiro e iniciou-se em 1941, no governo de Getúlio Vargas. O Estado determinou como deveria funcionar o esporte no país e, em especial, o futebol; para isso, extinguiu a CBF e concedeu plenos poderes à CBD, sua aliada política. Interviu em entidades administrativas e impôs um regime duro e burocratizante que atendia aos seus interesses políticos. Por outro lado, construiu grandes praças esportivas, estruturou, ordenou e disciplinou o esporte.

No início da década de 80, com o processo de “abertura lenta

gradual e segura” implementado pelas classes dominantes locais, auxiliadas pela burguesia internacional, a situação começou a se alterar. A base esportiva nacional, impulsionada pelo processo de mundialização do futebol e pela busca de uma nova ordem esportiva, tendo como modelo o desenvolvimento do futebol forjado na Europa, empreendeu uma luta pela maior autonomia de organização e funcionamento das entidades nacionais, que só se tornou efetiva com a inclusão do artigo 217 na constituição federal de 1988. A partir desse momento, estavam colocadas as condições necessárias para uma aproximação definitiva entre o futebol e o mercado.

A década de 90 foi marcada pela busca da supremacia de mercado entre setores que comandavam a vida esportiva do futebol brasileiro; essa situação ficou muito bem demonstrada na elaboração da legislação esportiva de 1993 (Lei Zico) e de 1998 (Lei Pelé). Essas mudanças visavam retirar os empecilhos, forjados anteriormente pelo Estado, para a integração do futebol aos interesses do mercado, situados principalmente no capital financeiro nacional e internacional.

A partir desse momento, o Estado utilizou-se de grandes personalidades esportivas para a condução da atividade esportiva e para a defesa de alguns interesses empresariais permeados dentro do Estado e representados por agências de marketing esportivo que surgiram nessa década<sup>9</sup>. Por seu turno, a burocracia das entidades administradoras do futebol e os grandes clubes, representados pelo Clube dos 13, passaram a procurar, no Estado, mecanismos capazes de efetivar as transformações legislativas necessárias sem, contudo, serem prejudicadas. O governo Collor utilizou-se de Zico para popularizar seu governo, como também para implementar reformas na legislação esportiva, e é dessa forma que surge, em 1993, a nova legislação esportiva. As transformações que a chamada Lei Zico produziu na legislação representou a necessidade de adaptá-la às exigências do mercado. O projeto Zico constituía a manifestação mais ostensiva plantada pelos clubes de rompimento explícito com o modelo que até então se tinha. Vinha com o intuito de atender, na sua formalidade, as principais reivindicações do Clube

dos 13. Era um ataque frontal à CBF e às federações no sentido de retirar-lhes o poder político. Propunha que o colégio eleitoral da CBF fosse integrado pelos clubes da primeira e da segunda divisão e não somente pelas 27 federações. Propunha, ainda, a extinção do passe e a transformação dos clubes em empresas. Zico saiu da secretaria em 29 de abril de 1991, sendo que a lei que leva seu nome iria ser sancionada pelo Presidente da República, em 6 de julho de 1993.

Depois de um certo tempo decorrido, Zico posicionou-se a favor de sua Lei, afirmando que as distorções advindas dela foram provocadas por emendas de deputados ou pelos desmandos de dirigentes. O clube empresa ganhou uma legislação flexível e continuou sob proteção estatal, o passe continuou existindo e foi normatizado por Pelé, em 1996. O sistema eleitoral dos aparelhos administradores do futebol ficou a cargo das próprias confederações definirem, não se mexendo, portanto, na estrutura de poder.

Após a saída de Zico, o Estado procura outro grande ídolo nacional

<sup>9</sup> Existe uma real disputa pelo mercado do futebol brasileiro. No centro do poder, a Pelé Sports & Marketing, empresa do então ministro dos desportos, disputa espaço com a Traffic, que possui como sócios Ricardo Teixeira, presidente da CBF, e Kleber Leite ex-presidente do C. R. Flamengo e outras empresas. Esta disputa já rendeu inúmeras retaliações na imprensa com acusações de toda ordem.



para assumir a secretaria de esportes. Trata-se de Bernard, jogador da seleção brasileira de vôlei, que, em sua curta passagem pela secretaria de desporto, apenas administrou as deliberações anteriores.

A presença de Zico só poderia ser ofuscada pela entrada em cena, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, do maior jogador do século: Pelé. Utilizando-se da receita dada por Collor, Fernando Henrique Cardoso credenciou Pelé como o seu ministro dos esportes e cabo eleitoral. Nessa condição, ele incumbe-se de desfraldar velhas lutas já tentadas por seu antecessor, Zico. A primeira é quebrar a coluna da estrutura burocrática instalada na CBF e nas federações, a segunda é transformar obrigatoriamente os clubes em empresas, negociar as mudanças na lei do passe e finalmente colocar-se como grande representante da chamada modernização esportiva nacional. Todas essas mudanças foram introduzidas no futebol europeu com uma participação decisiva do Estado e corporificavam as medidas mais avançadas utilizadas na sua modernização. O modelo europeu era algo almejado por setores empresariais nacionais que viam, nestas modificações, elementos

essenciais para a alteração da ordem política no futebol brasileiro e para a ampliação do seu domínio no mercado.

A presença empresarial na estrutura estatal tornou-se mais clara e transparente durante o período comandado por Pelé. A figura mítica do Rei do futebol mundial controla a Pelé Sports e Marketing, agência que disputa o controle de grandes transações do futebol nacional, como por exemplo, as transmissões dos campeonatos Carioca e Paulista, consultorias para a venda de clubes, de jogadores para o exterior e de inúmeros outros negócios vinculados à comercialização do esporte. Com interesse direto nessas mudanças, Pelé colocou seu sócio, Hélio Viana, na condução do INDESP ( Instituto para o Desenvolvimento do Desporto). Nesse período, o grande ídolo nacional e internacional desenvolve uma grande queda de braço com a resistente burocracia estatal, com os grandes clubes nacionais (Clube dos 13 e Clube dos 11) e com parlamentares, na defesa de seus interesses econômicos e políticos mais imediatos. Como resultado deste enfrentamento surge a chamada lei Pelé.

Como nas demais partes do mundo, o Estado, permeado por interesses empresariais, foi o

precursor das mudanças ocorridas na legislação esportiva. O Estado, que desde 1941 incorporou o esporte as suas preocupações, transformou-se, ao longo do tempo, assumindo vários perfis. Em 1941, constituía-se com um perfil populista, cujo objetivo era ordenar e disciplinar a ordem esportiva, ao mesmo tempo que assumiu a tarefa de criar condições estruturais para o desenvolvimento esportivo.

Em 1964 inaugurou um perfil ditatorial que o marcou em todos os períodos militares até a “transição lenta, gradual e segura”. No período militar, o esporte assumiu a função de legitimação da ordem política instalada no país. Nesse momento, passa a funcionar como um mecanismo de fortalecimento do Estado e de glorificação da ordem estabelecida. O esporte é uma das raras esferas superestruturais que ignora, quase em sua totalidade, a sua função crítica. O cinema, o teatro, a música, a educação, a religião e outros segmentos mais não renunciam a esta condição crítica, mesmo sob as mais duras circunstâncias políticas. O esporte, e em especial o futebol, funciona como um cimento social que possui como elemento propulsor, a coletivização massiva da cultura esportiva, utilizando-se de todos os meios tecnológicos existentes, e

tendo, como garoto propaganda desta ideologia, os grandes ídolos esportivos que, pela sua relação apaixonada e pouco racional com o público, penetram facilmente no imaginário popular. Em nenhum outro momento da vida nacional brasileira encontraremos exemplificação melhor para esta situação do que aquela vivida pelo Brasil em 1970. Em meio a uma das mais brutais ditaduras latino-americanas, a nação brasileira não questionava o regime, negava-se a discutir a situação política do país, para festejar cada gol de Pelé, Tostão ou Jairzinho. “Prá frente Brasil”, “Ninguém segura esta nação” e outras tantas manifestações nacionalistas impulsionavam a corrente ufanista feita pela nação brasileira, que excluía aqueles que discordavam do governo e forjava o consenso do nacionalismo apaixonado que nos levaria ao tri campeonato, ao mesmo tempo em que fortalecia o regime e acobertava as transformações sociais e políticas, repressivas e autoritárias, encaminhada pelos militares.

No momento da abertura democrática, mesclam-se elementos que dariam ao esporte e, em especial ao futebol, a condição de mercadoria. Dentre estes elementos, colocam-se as transformações estruturais produzidas no futebol europeu, os

avanços presentes no plano tecnológico que garantiram ótimas condições para a expansão do esporte e do futebol como lazer e diversão para as massas; a FIFA transformase na grande transnacional do futebol, mundializando a sua prática e abrindo novos mercados com influência direta sobre o Brasil; por sua vez, o ótimo rendimento do futebol brasileiro no mercado mundial consolida-o como nação hegemônica neste esporte. A necessidade de acompanhar o desenvolvimento esportivo europeu, força processos de transformação na estrutura do futebol brasileiro que acabariam sendo comandados por interesses empresariais permeados dentro do Estado. Essas mudanças colocaram em confronto direto entidades de administração do futebol, entidades de prática do futebol e interesses empresariais expressos nas grandes agências de marketing esportivo.

## **As redefinições do papel do Estado e a abertura para o mercado**

O Estado brasileiro, ao longo de sua história, adotou variadas formas

representativas de momentos políticos e econômicos vividos pela sociedade brasileira. Essas formas, em geral, representavam os interesses políticos instalados nas classes dominantes em estreita conexão com seu braço internacional.

Algumas correntes teóricas manifestaram-se acerca dessas mudanças de perfil do Estado brasileiro que acabariam por refletirse diretamente na condução do esporte nacional e muito especialmente no futebol. Dessa forma, é preciso ter uma visão geral de como estruturou-se o Estado brasileiro ao longo do tempo. Luís Carlos Bresser Pereira<sup>10</sup> afirma que, de 1850 a 1930 o Brasil foi comandado por um Estado Oligárquico Mercantil, resultante de um pacto entre a oligarquia agrário-mercantil local e o imperialismo; este modelo de Estado seria suplantado pelo estado populista. A nova forma de Estado é produto do colapso do Estado Oligárquico Mercantil, que surgiu quando a velha oligarquia agrário-mercantil entra em decadência econômica e política e nenhuma outra classe, ou fração de classe, tem condição de sozinha, assumir o papel de classe dirigente. Define-se, então, o Estado Populista

<sup>10</sup> BRESSER PEREIRA, L, C Estado e subdesenvolvimento industrializado, Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.

como o resultado de um pacto social. Para Bresser Pereira, o Estado populista é um momento transitório entre o Estado Oligárquico mercantil e o Estado tecnoburocrático-capitalista dependente.

Para Octávio Ianni,<sup>11</sup> o fim do ciclo populista, em suas linhas gerais, distribuiu-se pelas décadas de trinta a sessenta e, algumas vezes, ultrapassou a esse tempo. Sucedeu ao Estado oligárquico, que predominava desde o século dezenove, e encerrou-se quando emergiu o Estado autoritário, militar, civil ou militarizado.

Para Augustim Cuevas,<sup>12</sup> ao analisar este fenômeno no espectro mais amplo da América Latina, a partir dos anos sessenta e, em escala maior, dos setenta, ocorre uma verdadeira quebra do Estado burguês “benfeitor” engendrado nos tempos do populismo. As forças que passam a predominar nos novos arranjos dos blocos de poder reduzem ou cortam “gastos sociais” relativos ao esporte, educação, saúde, habitação popular etc. Já está em curso o ciclo do autoritarismo.

Em geral, na América Latina, segundo as peculiaridades de cada país, desenvolveram-se outras formas de Estado burguês. Pode-se falar em liberal, liberal-democrático, social democrático, autoritário e mesmo fascista. Mas o que predominou foi o Estado autoritário, de cunho militar, civil ou combinado. Todas as formas assumidas pelo Estado burguês representavam arranjos novos ou renovados, das classes dominantes locais e estrangeiras. A reação contra as experiências populistas e contra a crescente politização das classes assalariadas conduziu a novos surtos de hipertrofia do poder Executivo e a maior subordinação dos poderes Legislativo e Judiciário àquele. Simultaneamente, dinamizou-se a presença e a maior rigidez do poder estatal nos assuntos econômicos, políticos, sociais, culturais e esportivo.

No Brasil, de 1964 a 1985, as forças conservadoras e reacionárias comandaram a política e a economia. Quando se tornou impossível manter a ditadura, em face dos movimentos, partidos, sindicatos e correntes de opinião

<sup>11</sup> IANNI Octávio, *A formação do Estado populista na América Latina*. Editora Ática, São Paulo, 1989.

<sup>12</sup> CUEVA Augustin. *O desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. Trad. de Carlos Machado, São Paulo, Global, 1983, p.189-90 e 206.

reivindicando a democratização, as mesmas forças que haviam se beneficiado da ditadura entram no processo de “abertura”, “distensão”, de democratização “lenta, gradual e segura”. Aos poucos, os setores conservadores e liberais das oposições democráticas entraram em conciliação com os conservadores e liberais da ditadura, encaminhando e comandando todo o processo de uma transformação que seria feita “por cima”<sup>13</sup>. Desta forma, o processo democrático ficou sob controle, limitado, em conformidade com os interesses do bloco de poder que serviu de base à tirania e prevaleceu mais ou menos intocado no tempo da “democracia”.

Ao longo desta transição, entre um período autoritário e outro democrático, onde a hegemonia dos setores conservadores foi flagrante, a relação entre Estado e sociedade oscilaram entre várias interpretações. De um lado, privilegiou-se visões alternativas que enfatizavam ora a primazia da sociedade na estruturação do poder político, ora a prevalência do Estado em sua capacidade de plasmar a sociedade e os interesses. De forma similar, a atribuição de valor ao que

é moderno e atrasado vinha se alternando, ao longo do tempo, conforme conjunturas específicas, entre atribuir um papel modernizador ao pólo estatal ou ao pólo associativo, embora a tendência predominante tenha sido aquela de identificar o modelo associativo como modernizante e democrático, contrapondo-se ao modelo corporativo, identificado com autoritarismo e atraso. Esta tendência a dotar o Estado de características similares ao atraso e autoritarismo ganhou força na década de 80 com o avanço das políticas neoliberais, implementadas em diversos graus e de várias formas na América Latina.

O neoliberalismo postula um mundo formado por indivíduos que concorrem, e supõe que tais indivíduos devam comportar-se de forma competitiva para maximizar os lucros. A partir disso, os neoliberais concluem que a economia de livre mercado é o resultado racional da livre concorrência entre os indivíduos, onde o papel do Estado é mínimo.

Contrários aos princípios declarados pelos defensores do livre mercado, as políticas dos regimes neoliberais freqüentemente violam

<sup>13</sup> FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1986.

a sua doutrina. A intervenção estatal não diminuiu: o que mudou, na realidade, foi o tipo e a direção da intervenção. O livre mercado não era livre para o trabalho, e foi liberado para o capital através de decretos do governo. O Estado interveio no plano econômico, social e político assim como, também, no meio esportivo, de maneira decisiva e decidida. Foi o Estado o grande impulsionador da chamada “modernização esportiva”, privilegiando o avanço do capital. Neste particular, o Estado está cheio de grupos interessados em fatias vantajosas do mercado brasileiro.

Impulsionado pelo Estado, o mecanismo chave, na chamada modernização esportiva, é a lógica do mercado, que procura seguir o modelo esportivo americano e europeu. Para embrulhar ideologicamente este pacote, Pelé e seus associados passaram, através da imprensa, todo um discurso moralizador da atividade esportiva. Falavam abusivamente da falta de profissionalismo, da corrupção, da “cartolagem” e toda a sorte de elementos depreciativos, que colocavam a atual estrutura esportiva na condição de atrasada e viciada, representando para a sociedade brasileira o que de pior existe na vida esportiva nacional.

Dessa forma, Pelé reeditou no esporte o mesmo discurso neoliberal do palácio do planalto, de combate ao Estado ineficiente e corrupto, para, de maneira direta “bater de frente” na estrutura burocrática montada por este mesmo Estado que eles representam, e reverenciando o mercado como a solução para todos os males e como referencial de eficiência.

Os interesses empresariais, situados nos grandes clubes, na burocracia dos órgãos administradores do futebol, nas recentes empresas de marketing esportivo, na grande indústria de fabricação de material esportivo e nos meios de comunicação de massa, comandaram grupos de pressão junto ao executivo e aos parlamentares para a transformação da legislação esportiva de tal forma que atendesse aos seus interesses. Todo esse nível de interesse sempre esteve presente em momentos pontuais, quando da aprovação da constituição em 1988, na aprovação da Lei Zico, em 1993, e recentemente na aprovação da Lei Pelé, em 1998. Agora, voltou a fazer-se presente na eleição de 1998, quando inúmeros parlamentares foram financiados por estes setores que buscam, a partir de 1999, nova alteração da legislação esportiva, em

especial, nos aspectos relacionados ao futebol.

Neste processo, assumir posições no Estado é de suma importância, tanto no Executivo como no Legislativo. No Executivo, a presença de Pelé no Ministério dos Desportes possibilitou ao proprietário da Pelé Sports e Marketing uma imensa vantagem na concorrência no mercado interno perante outras grandes agências, assim como impulsionou a sua aproximação com a FIFA e a maior projeção internacional no mercado Latino Americano, na Europa e também nos Estados Unidos. Por sua vez, criou maiores possibilidades de aproximação com as grandes marcas mundiais, como a ADIDAS e a NIKE, ao mesmo tempo em que gestou facilidades com as grandes empresas televisivas do país, tais como, Bandeirantes, Globo, SBT e outras. Na impossibilidade de participar de maneira mais efetiva no Executivo, as entidades administradoras do futebol ( federações estaduais e CBF) procuraram fortalecer a sua presença no legislativo, participando ativamente das eleições para deputados estaduais, federais, senadores e governadores de estado. Nesta disputa por fortalecer a “ bancada do futebol”, não existe nenhuma restrição política ou ideológica por

este ou aquele partido. As preferências recaem sobre aqueles que possuem condições de sucesso eleitoral, indo desde a variante mais à esquerda do PT até partidos da direita como o PPB. Neste grande movimento para a formação de uma “ bancada do futebol” cada vez mais forte, participam ativamente os grandes e médios clubes nacionais, representados pelo Clube dos 13 e Clube dos 11, as federações estaduais e a CBF. Os grandes clubes nacionais foram profundamente prejudicados na aprovação da lei do passe e na obrigatoriedade de transformação de suas entidades em empresas, até 24 de março do ano 2.000. Procurando reverter esta situação, fazem da sua proximidade com a CBF e as federações estaduais e da força de sua grife para eleger deputados, senadores e governadores afinados com a sua perspectiva política, a sua grande arma na luta política pela defesa dos seus interesses.

## **A mundialização do futebol e seus reflexos no Brasil**

O futebol, assim como a globalidade do esporte moderno, é tributário de uma ruptura histórica

caracterizada pelo nascimento do capitalismo industrial na Inglaterra. O esporte, de maneira global, iniciou o seu processo de mundialização na reinstalação das Olimpíadas em 1896; já o futebol buscou um processo de desenvolvimento um pouco diferenciado. Do centro da Europa, esta mercadoria viajou através das expedições imperialistas, indo enraizar-se em inúmeras colônias. Paulatinamente, constituiu-se o tecido esportivo mundial, assim como a consolidação do futebol como um esporte de primeira grandeza do mundo, a criação da FIFA – a grande multinacional do futebol globalizado – o crescimento do seu grande espetáculo mundial a Copa do Mundo, e o desenvolvimento de toda uma rede de instituições que dão suporte a esta estrutura mundial tão rica e poderosa.

Durante algum tempo, o futebol foi conduzido por objetivos que não tinham como prioridade a comercialização e o lucro. Seus objetivos visavam a simples competição, sua organização dependia do grau de desenvolvimento

de cada formação social e apresentava vários estágios, podendo ser totalmente amadora, semi amadora ou profissional. Por outro lado, os avanços tecnológicos não propiciavam ou estimulavam a sua comercialização em tempo real, assim como também não existia a visão empresarial que hoje se possui deste empreendimento.

A partir da década de 70, este quadro começa a alterar-se com a eleição do brasileiro João Havelange para a presidência da FIFA. Havelange venceu a eleição realizada no 39º Congresso da FIFA em Frankfurt, concorrendo com Stanley Rous e a toda poderosa ADIDAS, de propriedade de Horst Dassler<sup>14</sup>. A partir desse momento, ele associou-se a maior produtora de material esportivo do mundo e redimensiona toda a estratégia de desenvolvimento do futebol mundial, tendo o seu novo parceiro como sustentação econômica de seus projetos. Os executivos globais da FIFA e seus amigos empresários puderam observar toda a transformação por que passava a sociedade contemporânea e puderam observar

<sup>14</sup> Proprietário da Adidas, falecido de câncer em 1987. Horst Dassler e Patryck Nally, seu sócio, lutaram durante muitos anos contra as federações e confederações em todo mundo, para romper com as limitações impostas à comercialização do espetáculo esportivo. A FIFA foi a primeira entidade internacional que concordou em criar novas normas para a comercialização do esporte mundial. Retirado de: SIMON, Yv e Jennings, Andrew, Los señores de los anillos. Poder, dinero y doping en los juegos olímpicos Editora Norma, Bogotá, 1992.



as mudanças históricas que nesta sociedade estavam surgindo.

Possuíam, portanto, uma visão histórica e foi graças a este elemento que hoje podem afirmar que, no mundo do futebol, existe um antes e um depois, um divisor de águas que acabaria por separar estes dois momentos. Esta constatação foi bem demarcada por Havelange quando se expressou acerca dos rumos seguidos pela instituição que começou a comandar em 1974. Na avaliação de Havelange,<sup>15</sup> até certo ponto modesta, ele dividiria a história da FIFA desta forma: “*antes e depois de Havelange*”. A fase anterior poderia ser considerada como *pré-global*, coisa do passado, mas que acabaria por formar as bases para a sua ação empresarial, para o salto da comercialização do grande espetáculo esportivo por ele encaminhado.

Superadas as várias barreiras tecnológicas que tornavam o mundo extremamente grande, o futebol já estava consagrado em muitos continentes como o principal esporte a ser praticado. Diante dessa nova situação, bastava

capacitar os administradores esportivos, dar uma estrutura profissional à FIFA e criar novas normas de comercialização do futebol, assim como redefinir mundialmente a sua estratégia de desenvolvimento. Suprimidas essas debilidades, a FIFA, em consonância com a vontade política de alguns estados nacionais, inicialmente a Espanha e a Itália, procurou distribuir estrategicamente a realização da Copa do Mundo de futebol. Essa estratégia visava reconstruir as praças esportivas desses países através do poder público, ao mesmo tempo em que estes Estados propiciavam a possibilidade de seus grandes clubes transformarem-se em empresas.<sup>16</sup> Realizadas essas tarefas, criou-se um modelo de desenvolvimento do futebol mundial considerado ideal para o grande espetáculo esportivo.

A estratégia mercadológica da FIFA é pensada em escala planetária, referendada em cálculos objetivos, baseada em pesquisas de mercado que sugerem como produzir a mercadoria futebol, quanto e como fazer, onde e a

<sup>15</sup> Folha de São Paulo referente à Copa do Mundo da França e datada de 20/06/98. Entrevista concedida ao repórter Mário Magalhaes.

<sup>16</sup> Em Estados como: Portugal, Espanha e Itália, o poder público colocou como opcional a transformação dos clubes em empresas. No Brasil esta situação foi colocada como obrigatória.

quanto vender. Nos últimos vinte anos, ocorreram transformações substanciais na esfera econômica e política, que exigiram profundas reformulações no mundo dos negócios. Um primeiro aspecto é a globalização do mercado. Hoje ele é único, possui uma lógica singular abrangendo toda a terra. Como os economistas, os empresários do esporte, e em especial o futebol, entendem que o seu campo de ação é o mercado sem fronteiras. O produto futebol, que nos anos anteriores a Havelange ficara preso a algumas nações e continentes hegemônicos, agora é desterritorializado, não mais existindo fronteiras onde não possa penetrar. O futebol não poderia, como produto, esquecer o mercado americano, asiático e africano, e ficar restrito aos continentes de sua maior projeção.<sup>17</sup> O desenraizamento dos produtos é algo fundamental para o pensamento administrativo. Se cada mercadoria fosse determinada pela sua

localização geográfica ou pelo gosto local, as linhas diretivas de uma administração global estariam individualizadas. A universalidade do produto futebol garante o elo entre as diversidades existentes.

Verificada esta condição básica, é preciso que tenhamos a noção de como o marketing esportivo trabalhou nesse caso. Primeiro, ele utilizou-se de um produto universal amplamente difundido e que todos querem, todos os mercados o desejavam. Segundo, só restava aos administradores fornecer as informações que poderiam criar a demanda desta mercadoria, através da venda do grande espetáculo esportivo. Para verificarmos esta afirmação, basta observarmos o esforço de Havelange em deslocar as grandes competições, já existentes e cobiçadas por inúmeros países, do seu eixo tradicional, assim como criar novas competições em países sem tradição, tudo isto sendo acompanhado pela exportação de

<sup>17</sup> Stanley Rous era conservador em relação ao número de participantes na Copa do Mundo e trabalhava com a dimensão de orçamento restrito ao que se ganhava de Copa em Copa. Observe esta declaração à revista *Veja*, datada de 15/05/1974: *Minhas idéias são estas: o número de 16 finalistas foi fixado quando a FIFA somava apenas 80 países. Agora a FIFA possui 142 filiados. É evidente que o número de inscritos pode vir a ser aumentado. Em todo caso, tem de se considerar os aspectos econômicos do problema. Se passarmos para 24 finalistas, em primeiro lugar, isto implicará num período de ausência muito maior para os jogadores estrangeiros. Depois os custos aumentam com hotéis, passagens, seguros etc. Sem falar nos problemas dos encontros que não darão renda porque serão disputados por seleções sem expressão ou por seleções que não acendem à torcida.... por isso tudo, chego a achar que o número de finalistas na verdade deveria diminuir. Talvez a idéia fosse um torneio entre oito seleções”.*

profissionais e técnicos experientes assim como de todo Knowhow adequado ao grande espetáculo esportivo. Essa demanda, preenchida ou criada, sempre foi pensada em termos globais. A existência já consolidada de uma estrutura mundial de consumo serviria de patamar básico para as suas ações, a que deveriam somar-se o apoio de algumas multinacionais e os desejos de alguns governos de estados nacionais que utilizariam o futebol como forma de se projetar.

Pensando sobremaneira no mercado do futebol mundial, estes intelectuais do esporte, trataram de redefinir a estratégia global, associando-se a grupos industriais de áreas afins, como os produtores de material esportivo, a exemplo da ADIDAS. Assim, usufruindo dos benefícios da revolução tecnológica, principalmente na área televisiva, e do desenvolvimento do marketing esportivo, projetaram a mundialização do futebol como um produto, uma mercadoria, que deveria estar em todos os continentes como uma manifestação do lazer das massas.<sup>18</sup> Foi pensando na consolidação e abertura de novos mercados, que os estrategistas da FIFA e seus amigos

empresários abriram recentemente o mercado do futebol americano, quando levam a Copa de 94 para os Estados Unidos. Da mesma forma esperam conquistar milhões de consumidores com a próxima Copa, no continente asiático. Todo este procedimento tem, como ponto de apoio, a lógica do mercado e a fantástica obtenção de lucros.

Por outro lado, este modelo ideal de comercialização do futebol, ditado pela FIFA, acabou por despertar os dirigentes dos clubes europeus. Transformados os clubes europeus em grandes e prósperas empresas, estes passaram a ser o grande centro importador de atletas de todas as partes do mundo, especialmente do Brasil, transformando-se na grande atração do futebol mundial. Essa proposta foi vendida para o mundo todo. No Brasil, o campeonato Italiano começou a ser transmitido a partir de 1983, pela rede de televisão Bandeirantes, trazendo como atrativo a presença de inúmeros jogadores brasileiros que, depois da Copa de 82 na Espanha, haviam se transferido para o futebol italiano. Logo depois, tivemos a Copa da Itália que forneceu um novo impulso e consolidou estes dois fortes pólos do futebol europeu, assim como

<sup>18</sup> DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

também a idéia de um futebol moderno, comercial e altamente rentável. Depois dessas duas grandes competições internacionais, as transmissões do campeonato espanhol e italiano disputam espaço com as nossas competições locais. Esta presença permanente, a imagem de estádios lotados e de um futebol milionário que reunia as grandes estrelas mundiais, logo passou a ser vinculada ao extremo profissionalismo e competência empresarial desses dirigentes europeus. É desta forma que nasce e se desenvolve a idéia da modernização esportiva brasileira, da necessidade imperiosa de procurar acompanhar o desenvolvimento esportivo europeu, para não ficarmos para trás e assim perdemos o domínio do futebol mundial. A influência exógena, impulsionada pela FIFA na era Havelange, forçou a necessidade da comercialização do futebol nacional e de sua profissionalização total. Neste receituário, incluíam-se, de maneira primária, a necessidade de modernização de nossas praças esportivas, da transformação dos clubes em empresas e na necessidade de acabar com a lei do passe. Em um segundo plano,

surgem as idéias de substituição da velha casta de dirigentes esportivos, por profissionais capacitados em marketing esportivo, administradores esportivos formados nas recentes instituições do gênero e na destituição dos tradicionais dirigentes de futebol, sejam eles da burocracia esportiva das entidades administradoras do futebol ou dos dirigentes de clube.

O receituário modernizador, ditado pela FIFA e pelo modelo europeu, desconhece as diferenças estruturais entre cada formação social do planeta. Esta heterogeneidade estrutural<sup>19</sup> das formações esportivas de cada país coloca estruturas esportivas avançadas convivendo com estruturas periféricas atrasadas. Esta situação não se configura como uma deformidade do capitalismo no seu desenvolvimento esportivo, mas, por outro lado, como algo que cumpre uma função essencial. Pode-se dizer que estes setores atrasados tem uma função, uma utilidade econômica direta para a acumulação dos setores centrais capitalistas. Assim, pode-se dizer que a existência desta dualidade constitui-se, muitas vezes, como uma racionalidade econômica do

---

<sup>19</sup> EVERS, Tilman. *El Estado en la periferia capitalista*. 5. ed. Siglo Veintiuno editores, México, 1989.

próprio sistema, que exige a presença dos setores marginais para o barateamento dos custos de produção da força de trabalho em todos os níveis, ampliando assim a taxa de lucros.

A teoria da modernização do futebol brasileiro foi imposta pelo Estado através dos interesses empresariais ali instalados, ganhando imediata adesão dos setores de imprensa e grande simpatia popular. A modernidade a ser buscada no esporte era o bem a ser desejado a cada instante, o seu antônimo era o tradicional, tão velho e pesado, que parecia impossível de ser removido. Com essa visão futurista e portadora de uma mensagem atrativa, plantou-se a idéia do desenvolvimento sem limites e sem barreiras para o futebol brasileiro.<sup>20</sup> A modernização passou a ser algo maciçamente presente. Como processo sócio-cultural, ela tanto pode nascer da invenção endógena, quanto da difusão regulada através das metrópoles. O segundo caminho caracterizava a

alternativa a ser escolhida. Em povos e nações aptos a financiar e aproveitar as aplicações das descobertas e criações originais, ela promove a produção de civilizações de porte e sua proliferação pluralista e independente. Em povos e nações destituídos dessa capacidade, parcial ou totalmente, ela promove a inovação institucional e a renovação constante no contexto cultural, desde que se forme alguma continuidade entre os centros de produção original e os centros de absorção seletiva de traços ou complexos culturais orgânicos importados. A modernização, no entanto, volta-se para a diferenciação cultural, o desenvolvimento econômico e o progresso dos núcleos civilizatórios centrais. A modernização nada mais se configura como um processo de atualização histórica de nossa estrutura esportiva a serviço das novas necessidades do mercado mundial. Os setores centrais absorvem a periferia esportiva em seu processo de evolução, pois a

<sup>20</sup> Em 14 de outubro de 1997, o então Ministro Pelé dava depoimento na câmara de deputados em Brasília e tentava sensibilizar o congresso para a necessidade de profissionalizar de vez o esporte nacional. Para isto, apresentava um estudo econômico, feito pelo INDESP, em que sinalizava um aumento de US\$800 milhões de dólares para US\$ 25 bilhões de dólares, caso o seu projeto fosse aprovado. Para o Ministro este era o potencial do mercado brasileiro. Na Itália, somente o futebol movimentava US\$ 2,5% do PIB. No Brasil isto correspondia, em todos os esportes à 0.1% do PIB nacional. O valor de US\$ 25 bilhões corresponderiam hoje a 3,3% do PIB. Dessa forma, o Ministro apresentava a possibilidade de um crescimento em torno de 30 vezes os valores de hoje. Folha de São Paulo, 15/10/97.

modernização originária se desenrola em seu benefício e para atender as premissas históricas de sua reprodução e sua evolução. A modernização secundária, não obstante, nunca é um processo passivo. Ela se realiza ativamente, através das redefinições de poder existentes entre os vários segmentos esportivos em disputa e da reintegração dos bens culturais e psicossociais assimilados dos exemplos exógenos. A sociedade modernizada por influxos externos investe muitos recursos inventivos para conferir sentido e enriquecer a modernização provocada a partir do exterior. A fragilidade da modernização secundária no plano esportivo evidencia-se ao considerar-se que a distância ou a brecha cultural erige-se em barreira à recomposição e à coalescência do todo. Pode-se importar idéias, valores e ideologias, técnicas e instituições sociais, mas é impossível, contudo, importar as premissas históricas e as bases econômicas de seu funcionamento e transfiguração orgânica. O que quer dizer que, enquanto se mantiver a demora cultural e a estrutura que lhe dá origem, a modernização secundária não proporciona condições de competição recíproca real no plano esportivo, entre os centros e a periferia de uma mesma época.

A modernização esportiva imposta pelo Estado, tendo como parâmetro o modelo europeu, demonstra a insensibilidade de percepção entre as diferentes estruturas produtivas do futebol mundial e o momento diferenciado em que se encontram, acarretando conseqüências danosas à estrutura do futebol brasileiro. Falamos especificamente da obrigatoriedade de um prazo na transformação dos clubes em empresas, situação esta que os coloca como presas fáceis nas mãos dos especuladores. Para Mustafá Contursi, presidente da S. E. Palmeiras, em entrevista à Folha de São Paulo de 17 de agosto de 1998, a situação é a seguinte: *“A obrigatoriedade é clara. Não restam alternativas aos clubes, senão formar uma empresa, fazer parcerias ou ceder sua marca para um terceiro”* Prosseguindo em sua explicação, Mustafá afirmou que: *“o prazo funciona ainda como um mecanismo de pressão sobre os clubes que, possuindo dívidas muito grandes com a receita federal, INSS, bancos, fornecedores e até mesmo com atletas, tornar-se-iam presas fáceis nas mãos dos grandes investidores financeiros.”* Essa situação se confirmou nas recentes negociações envolvendo o Corinthians e o Banco Icatu e

também na negociação entre o Internacional de Porto Alegre e o Banco Liberal, sucursal nacional do Nationals Bank, primeiro maior banco comercial do mundo. Clubes nacionais estão sendo sucateados na sua venda parcial ou total aos investidores estrangeiros, com a conseqüente perda do controle nacional sobre este patrimônio cultural. Outro aspecto negativo da modernização do futebol brasileiro para os clubes locais foi o fim da lei do passe. Os clubes que investem muito em suas categorias de base, possuem agora somente direito de um contrato de dois anos com o atleta por eles formado. Após este primeiro contrato esses atletas estão livres para serem negociados no mercado externo, sem qualquer retorno para o clube formador<sup>21</sup>. O Brasil, sendo um grande exportador desta matéria-prima, acaba cedendo-os da maneira mais barata possível, ao mesmo tempo em que retira dos nossos clubes a capacidade, sempre presente em momentos anteriores, de revigorarem as suas finanças através destas negociações. Esta mesma situação retira as condições antes existentes

de grandes produtores de jogadores, ameaçando assim a hegemonia que conquistamos no futebol mundial em todo este período.

## **O futebol brasileiro, Lei Pelé e mercado. O gol contra do Rei**

A expansão mundial do futebol como mercadoria, iniciou-se com o término do domínio europeu sobre a FIFA, em 1974. A ascensão de João Havelange ao cargo de presidente da FIFA separou a proposta eurocentrista e amadora de desenvolvimento do futebol sustentado até então pelo último dos presidentes europeus, Stanley Rous, da visão empresarial que transformaria a FIFA na grande multinacional do futebol mundial, trazendo com ela toda uma grande indústria de fabricação de material esportivo, apostando no desenvolvimento do grande espetáculo esportivo, capitalizando a sua venda para as grandes redes de comunicação internacional e redimensionando a estratégia de desenvolvimento do futebol, com a

<sup>21</sup> Em 1990, Jean-Marc Bosman, jogador belga, solicita a liberação do seu passe junto à corte européia. Em 15 de dezembro de 1995, ganha a causa e começa a sofrer as represálias dos clubes europeus que se negam a contratá-lo. Este precedente serve de base para o discurso que apregoa o fim do passe no Brasil. In BRUNORO, José Carlos e AFIF, Antonio. Futebol 100% profissional São Paulo, Editora Gente, 1997.

abertura de novos mercados até então inexplorados, como o mercado americano e, mais recentemente, o asiático.

A partir do final da década de 70, esse surto mercadológico impulsionou os lucros com o futebol mundial e criou o que se convencionou chamar de modelo ideal do futebol europeu. Os reflexos dessa nova situação encontrou impulso no Brasil na primeira metade da década de 80, quando surgem algumas inovações mercadológicas que até então não eram permitidas, como por exemplo, a publicidade nas camisas dos jogadores, a transmissão dos jogos ao vivo, com retorno para os clubes e federações estaduais e CBF, a amplificação da publicidade nos estádios e outras modificações mais. Em julho de 1987, ganha novo impulso com o surgimento da primeira organização dos grandes clubes nacionais, o Clube dos 13 e em 1988, outra grande vitória se configura na conquista da autonomia de organização e funcionamento destas entidades. Esse momento é crucial, pois rompe com grande parte da presença do Estado na determinação dos rumos seguidos pelo futebol. Os passos gradativos, que levariam o futebol expandir-se para o mercado, foram

dados nos momentos seguintes de implementação da Lei Zico, em 1993, e mais recentemente da Lei Pelé, em 1998.

Em todos esses momentos de disputa política viabilizados pelos setores em questão, muitas divergências e similaridades aproximaram e distanciaram setores que se encontram, ainda hoje, com profundas divergências na nova situação que o futebol brasileiro encontra diante das normas de mercado. A modernização esportiva imposta pelo Estado demarca um campo onde se conserva o essencial e moderniza-se o necessário. Estas transformações revelam todo seu caráter dialético, tanto nas formas das mudanças como também pelo seu conteúdo, onde se superam etapas de seu desenvolvimento, mantendo-se posições tradicionais. A forma de mudança representa um reajuste político nos estratos superiores do futebol nacional, onde o tripé representado pelos interesses empresariais permeados no Estado, pela burocracia esportiva lotada nas entidades de administração do futebol e pelos donos das grandes empresas esportivas nacionais assume novas posições na disputa pelo seu espaço político. No seu conteúdo, traz para a cena política, as necessidades ditadas pelo mercado.



Em seu aspecto organizacional, a modernização esportiva demonstra traços conservadores, quando considerada no seu plano interno e externo. No primeiro, devemos centrar nossa análise em três pontos, ou seja: na burocracia esportiva, nas grandes empresas nacionais e na relação entre o Estado e o mercado. Do ponto de vista da burocracia, o processo de aprovação da Lei Pelé demonstrou, de maneira inequívoca, o quanto ela é intocável. Todo o grande edifício burocrático (ligas, federações e CBF) saiu vitorioso desse confronto. No plano empresarial, os grandes clubes que formam o primeiro e o segundo escalão nacional já estavam procurando se adaptar à nova realidade determinada pelo mercado (clube-empresa) e mesmo já consideravam esta transformação como algo natural e obrigatório para o seu pleno desenvolvimento. Tendo em vista este novo quadro empresarial, os grandes clubes nacionais já haviam dado as devidas cores ao seu processo de modernização conservadora, alterando os seus estatutos e criando verdadeiras ditaduras, onde as chances de qualquer chapa de oposição vencer as eleições são mínimas. Com direções quase que

permanentes e departamentos de futebol profissionalizados, assumir o caráter de empresa era apenas uma questão de tempo. A única questão que não estava nos planos dos dirigentes era a determinação de um prazo para que isto se processasse. O prazo relativamente curto coloca os clubes em uma situação de fragilidade diante do mercado especulativo. Por outro lado, os clubes foram duramente atingidos na lei do passe, e tornam-se presas fáceis ao mercado internacional, em uma concorrência desigual com as grandes equipes internacionais.

Tendo em vista estas dificuldades, buscam formas de reverter a situação, tanto no plano judicial como também procurando reajustar a legislação dentro da lógica da nova composição do congresso nacional. Estes setores apostaram alto na eleição de uma nova "bancada esportiva", esperando ter o retorno desejado. Ao mesmo tempo, reconhecem que, na relação entre o Estado e o mercado, o Estado rendeu suas homenagens ao mercado. No plano interno, patrocinou uma transformação que viabiliza a falência de inúmeras empresas esportivas de pequeno e médio porte,<sup>22</sup> diminuindo a base

clubística nacional em nome da lógica da concentração e centralização de capital e poder político. No plano externo, abre o mercado para a compra dos clubes e do grande jogador nacional, em uma concorrência desigual com o mercado externo, tanto europeu como dos novos mercados. Nesta concorrência desigual entre estruturas tão heterogêneas, a nossa condição de país predominante no futebol está seriamente ameaçada.

Dessa forma, o processo de modernização conservadora do futebol nacional coloca, de maneira clara, o tradicional e o moderno andando de mãos dadas no mercado e salienta, mais uma vez, a regra geral do capitalismo, que se vê explícita na centralização do poder e na concentração do capital. Na verdade, pode-se verificar a tendência cada vez mais forte de favorecimento dos grandes em detrimento dos pequenos. Na competição entre o mercado externo e interno, podemos verificar a heterogeneidade estrutural entre os grandes clubes europeus, os novos mercados e o futebol brasileiro,

podemos avaliar a fragilidade de nossas estruturas, o quanto estamos expostos à perda de controle sobre os clubes nacionais, assim como também a nova lei do passe deixa-nos desprotegidos diante do grande capital externo, pois coloca o nosso melhor produto cultural, o talento do futebol brasileiro, o grande craque nacional produto exportação, nas mãos das maiores estruturas do futebol mundial, fragilizando ainda mais a grande empresa do futebol brasileiro.

Na dinâmica do mercado interno, é possível constatar como os grandes clubes nacionais ganharam um poder de sobreposição maior sobre os clubes de médio porte, e como os clubes pequenos tendem a morrer ou entrar em um estágio vegetativo, diante da obrigatoriedade da transformação em empresa e da descapitalização que a lei do passe impõe. É possível verificar como o tradicional aparelho administrativo do futebol não foi atingido em nada e como somente redimensiona seus passos, demonstrando a força desta burocracia que é praticamente

---

<sup>22</sup> Pelé afirmou, na Folha de São Paulo de 22/04/97, em seu caderno especial sobre futebol, que estimava em 40% a quantidade de clubes no Brasil que iriam falir, quando da transformação dos clubes em empresas. É por isso que a legislação por ele encaminhada procurava, em um primeiro momento, estimular através de subsídios as transformações dos clubes em empresas, para em um segundo momento esperar a sua falência.

intocável. Assim, chegamos a um momento em que os setores que se vêem minimamente atingidos pelas transformações implementadas através da Lei Pelé procuram um novo espaço de organização de suas forças para futuras transformações. Desta forma, percebe-se claramente que uma nova ofensiva destes setores será construída, agora sobre novos patamares e diante de um novo quadro do congresso nacional criado pela última eleição. Os elementos mais tradicionais, mesclam-se a elementos tidos como modernos para construir a modernização da vida esportiva e do futebol nacional que mais lhes convier, mesmo que esta nova vida esportiva pareça uma reprise com uma nova maquiagem.

Da figura mítica do Rei Pelé, fica a lembrança de um homem que, assim como Eduardo Galeano escreveu, nunca perdeu um minuto do seu tempo para causas que não fossem as suas. Foi Ministro enquanto isto lhe era útil, necessário. Quando não mais precisava dessa situação, retirou-se, com o discurso do homem vitorioso e de que este fora o seu melhor gol de placa. Pelé procurou derrotar a burocracia e não conseguiu, tornou a transformação dos clubes em

empresa de caráter obrigatório e, na prática, acabou com a lei do passe, tornando frágil a estrutura clubística nacional. Pelé sabe que chutou contra o gol do futebol brasileiro, na defesa de seus próprios interesses e assim conseguiu limpar o caminho para a realização de grandes negócios. Os setores prejudicados nesta sua curta passagem pelo Ministério procuraram formas de reverter o placar adverso.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

- BRESSER PEREIRA, L, C, *Estado e subdesenvolvimento industrializado*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.
- BROHM, Jean Marie. *Sociologia Política del deporte*, México, FCE, 1982.
- CUEVA, Agustin, *O desenvolvimento do Capitalismo na América Latina* Trad. de Carlos Machado, São Paulo, Global, 1983, p. 189-90 e 206.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do Espetáculo*, Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.
- EVERS, Tilman, *El Estado en la periferia capitalista*, 5. ed. Siglo Veintiuno editores, México, 1989.

- FERNANDES, Florestan, Jorge Zahar  
Editor, Rio de Janeiro, 1986.
- GALEANO, Eduardo. *El futbol a sol y  
sombra*, Siglo Veintiuno editores,  
México, 1995.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado  
populista na América Latina*.  
Editora Ática, São Paulo, 1989.
- LEVER, Janet. *A loucura do futebol*.  
Editora Record, Rio de Janeiro,  
1983.
- LEVINE, Robert M. Esporte e sociedade  
- O caso do futebol brasileiro.  
*Revista de esportes*, MEC, 1980.
- MANHÃES, Eduardo. *A política  
esportiva no Brasil*, Graal, Rio de  
Janeiro, 1986
- SIMON, Vyv e Jennings, Andrew. *Los  
señores de los anillos. Poder, dinero  
y doping en los juegos olímpicos*  
Editora Norma, Bogotá, 1992.

### Fontes secundárias

Folha de São Paulo, 20/06/98

Folha de São Paulo, 22/04/97

Folha de São Paulo, 15/10/97

Revista Veja de 15/05/74

Endereço: Rua Frei Rogério, 189  
Cx. Postal 43, Joaçaba - SC  
Fone: (049) 522-1149  
e-mail: nilso@zipmail.com.br